

Trabalho apresentado no 15º CBCENF

Título: CONHECIMENTOS DOS GRADUANDOS DE ENFERMAGEM ACERCA DA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL

Relatoria: MIKAELLE PONTES DE SOUTO
Marcela Bezerra da Costa

Autores: Priscilla Rodrigues de Albuquerque
Renata Mesquita Gomes
Jessica Araujo Dias

Modalidade: Pôster

Área: Determinantes de vida e trabalho

Tipo: Relato de experiência

Resumo:

A Política Pública de Saúde Mental surgiu como uma base comunitária, onde é garantido o livre acesso das pessoas com transtornos mentais aos serviços de saúde oferecidos, valendo ressaltar que estes são proporcionais aos recursos da comunidade na qual o indivíduo está inserido. O presente estudo tem o objetivo de identificar o conhecimento dos graduandos de enfermagem acerca da política de saúde mental no Brasil. Trata-se de uma pesquisa de campo do tipo exploratória, com abordagem quanti-qualitativa, desenvolvida no Centro Universitário de João Pessoa-Unipê com 20 sujeitos no ano de 2011. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário semi-estruturado com questões objetivas e subjetivas sobre o conhecimento dos graduandos acerca da política pública de saúde mental. Na coleta de dados foi utilizada uma amostra de 20 discentes do oitavo período, esta seleção se justificou pelo fato destes terem cumprido as atividades teórico práticas inerentes a saúde mental. A participação no estudo foi voluntária e mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após a coleta de dados, observou-se que 100% dos sujeitos da amostra já ouviu falar em saúde mental; bem como 100% dos sujeitos reconhecem a importância da política para o SUS; 50% dos sujeitos afirmaram o conhecimento das diretrizes de saúde mental desenvolvidas no SUS, ao passo que 50% negaram, pode-se verificar que 85% não acreditam que os serviços substitutivos são equitativos, universais, integrais. Os sujeitos afirmaram que a política de saúde mental é importante para o SUS, pois direcionam modalidades de assistência para um atendimento mais humanizado, garantindo assim utilizar os preceitos da equidade, universalidade e integralidade para os usuários. Com base no exposto, este estudo ratifica o pressuposto aqui assumido de que as políticas públicas de saúde mental são de suma importância não só para os indivíduos portadores de saúde mental, mas também para a sociedade ter um esclarecimento maior acerca dessa política, desses transtornos e deixar de lado o preconceito que existe ainda entre nós.